Processo n.º 149/2007

Data: 14/Junho/2007

Assuntos:

- Recurso jurisdicional
- Processo disciplinar
- Falta de fundamentação
- Erro nos pressupostos de facto

SUMÁRIO:

1. A sentença está fundamentada se dela decorre a descrição dos factos que foram considerados violadores dos deveres da funcionária em causa, seja em função da consignação de que não se provou uma autorização superior em que a recorrente se louvava para impugnar a decisão punitiva.

2. Se a funcionária não logrou provar os factos relativos à autorização de um seu superior, membro do CA da AMCM para a venda de um dado lote de moedas, autorização essa que devia ser concedida pelo Conselho de Administração daquela entidade, não há erro nos pressupostos de facto na decisão punitiva que a censurou por essa venda.

3. Ainda é de censurar a recorrente que bem podia ter esperado algum tempo, para mais sabendo que se estava a preparar uma proposta de deliberação nesse sentido.

4. As situações de inexigibilidade são doutrinalmente concebidas para situações excepcionais e em que nenhuma margem de actuação alternativa resta ao agente.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 149/2007

(Recurso Jurisdicional Administrativo)

Data : 14 de Junho de 2007

Recorrente: A

Recorrido: **Conselho de Administração da AMCM**

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I - RELATÓRIO

A recorre da sentença do Meritíssimo Juiz do Tribunal Administrativo, de fls. 358 a 361, que negou provimento ao recurso por si, antes, interposto da deliberação do Conselho de Administração da AMCM, de 15 de Agosto de 2002, que a puniu disciplinarmente com a pena de suspensão de trabalho, com perda de retribuição, por cinco dias, imputando-lhe vício de erro de julgamento, vício da falta de fundamentação, gerador de nulidade da sentença, erro quanto aos pressupostos de facto e de direito da infracção e violação dos princípios *nulla poena sine culpa* e *in dubio pro reo*.

Para tanto, alega, em síntese:

Em consequência de decisão do TSI que anulara anterior sentença no mesmo

processo, o Mm.º Juiz a quo limitou-se a alterar ou a corrigir uma frase da matéria de facto assente, insusceptível de superar o vício de fundamentação antes detectado por aquela instância superior.

Imputa a recorrente à douda sentença recorrida os vícios de erro de julgamento, da falta de fundamentação e do erro quanto aos pressupostos de facto e de direito da infracção.

A sentença deve ser fundamentada nos termos prescritos pelas normas dos artigos art. 76º do CPAC e do art. 562º, n.º 3, do C. Processo Civil, sendo nula quando não preencha os requisitos de tais normas, por força do art. 571º, n.º 1, alínea b) deste último diploma.

Não pode compreender-se a simplicidade com que o tribunal recorrido fez a avaliação da questão central do precedente recurso contencioso pois não procedeu a qualquer análise crítica das provas.

Sem que uma explicação, um raciocínio, um fio explicativo para a factualidade apurada e a interpretação a que procedeu desta e quanto ao iter cognoscitivo e decisório, retirando ao aresto toda a potencialidade de compreensão.

Não corresponde à verdade nem resulta da prova carreada para os autos e a produzida em julgamento que a recorrente tenha praticado a infracção que lhe foi imputada.

O documento de fls. 57 a 59 do processo instrutor demonstra que a arguida apresentou ao Administrador do pelouro uma proposta com vista à venda do lote de moedas, justificando a proposta, fazendo referência a contactos anteriormente feitos com ele e nessa proposta veio a ser dado despacho daquela entidade no qual não é colocado qualquer entrave à venda, apenas se questionando o respectivo preço, havendo o administrador do pelouro fixado o preço mínimo (MOP\$13,00) por que deveria operar-se a venda.

Foi uma situação demonstrada nos autos, documentalmente e através de testemunhas, ser uma situação frequente na AMCM o desencadeamento de procedimentos antes de autorização formal do Administrador do pelouro respectivo ou do Conselho de Administração.

Um exemplo de uma autorização para a venda de moedas dada pelo Administrador do pelouro através de despacho encontra-se na Proposta n.º 01/00-DFN, a fls. 133 a 135 do processo instrutor.

Outra na Deliberação do CA de 15-11-2000 a fls. 156 e 157 do processo instrutor.

Logo, há casos de ratificação de procedimentos por parte do CA em procedimentos que não aguardaram prévia deliberação do Conselho e em que as vendas foram sujeitas a ratificação posterior daquele órgão.

*Os depoimentos das testemunhas **B** a fls. 291 a 293 do processo instrutor e a fls. 119 verso e 120 dos autos principais, **C**, a fls. 296 e 297 do processo instrutor e 122 a 124 dos autos principais, **D**, a fls. 287 e 288 do processo instrutor e fls. 125 do processo principal, **E**, a fls. 279 e 280 do processo instrutor e 128 e 129 do processo principal, **F**, a fls. 283 e 284 do processo instrutor, **G**, a fls. 305/306 do processo instrutor, são claramente confirmativos da razão que assiste à recorrente.*

O Administrador do pelouro remeteu do seu fax XXX para o fax da ora recorrente, no dia 19/2/2001, pelas 9h 33m, um projecto de deliberação do CA da AMCM que teria lugar em 21/2/2001, no qual se aprovava retroactivamente a aludida venda.

A arguida agiu, assim, na convicção de que a venda era pacífica porque tinha sido conduzida sob autorização do Administrador do pelouro, agindo sob instruções hierárquicas

e, conseqüentemente, sem ilicitude e sem culpa.

Conforme o demonstra a deliberação de 6/6/2001 do CA a fls. 138 do processo instrutor as contas da AMCM referentes ao mês de Fevereiro de 2001 foram «aprovadas», ordenando-se a «publicação da sinopse correspondente».

Depois disso, conforme norma de procedimento interna, as contas são remetidas para a Comissão de Fiscalização que nunca suscitou qualquer dúvida sobre a regularidade da conta correspondente à venda objecto do presente processo disciplinar.

Tal facto é comprovativo de que a venda das moedas operada pela arguida o foi sob instruções do Administrador do pelouro e, posteriormente, validada pelo órgão directivo da AMCM.

Imputa-se, conseqüentemente, à sentença recorrida o vício de violação de lei, nomeadamente da norma do art. 66.º, n.º 6 do Estatuto Privativo do Pessoal da AMCM, por ter dado por verificada a infracção disciplinar por que a recorrente fora condenada, sem que se mostrem verificados os respectivos pressupostos.

Assim como os vícios de erro quanto aos pressupostos de facto da infracção e a violação dos princípios nulla poena sine culpa e in dubio pro reo.

Toda a actuação da recorrente, ademais, foi manifestamente pautada com o conhecimento e concordância do superior hierárquico da recorrente e num quadro excludente da responsabilidade disciplinar, por ter a recorrente agido de boa fé e na convicção íntima e profunda de que efectivou a venda em conformidade com os interesses superiores da AMCM e, portanto, sem ilicitude e sem culpa, num quadro em que lhe não era exigível outro comportamento.

Ao não ter dado por provada tal circunstância, o Mm.º Juiz a quo incorreu em violação de lei, por desaplicação da norma do art. 284º do ETAPM.

*Violou ainda os princípios *nulla poena sine culpa* e *in dubio pro reo*, assim como a norma do art. 66.º, n.º 6 do Estatuto Privativo, por a haver aplicado implicitamente sem se mostrarem verificados os respectivos pressupostos legais, uma vez que a recorrente não incorreu em culpa e grave desinteresse pelo cumprimento dos seus deveres profissionais.*

A invocação feita do desvalor dos usos, com apelo à norma do art. 2º do C. Civil, afigura-se, de todo, desajustada.

A decisão recorrida violou as normas dos artigos 66º, n.º 6, do Estatuto Privativo do Pessoal da AMCM, 314º, n.º 1 e 284º, alíneas d) e e) do ETAPM (esta última pela sua não aplicação ao caso).

Termos em que entende que deve ser dado provimento ao recurso e anulado o acto administrativo recorrido, com todas as consequências legais.

A Autoridade Monetária de Macau (AMCM), ora recorrida, apresentou as suas **contra alegações**, dizendo, fundamentalmente:

Não se vislumbra da Douta sentença recorrida, nenhum dos vícios imputados pela Recorrente.

A Recorrente mais não fez do que pôr em causa o Princípio da Livre Apreciação das Provas. Princípio segundo o qual "O tribunal aprecia livremente as provas, decidindo

os juizes segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto" (n.º 1 do art. 558º do CPCM)

A Recorrente, com mais de 15 anos de serviço na AMCM, alguns dos quais como Directora de Departamento, tinha obrigação de saber e sabia que legal e estatutariamente só o Conselho de Administração pode autorizar a venda de moedas.

A Recorrente, à revelia de decisão do Conselho de Administração vendeu três mil conjuntos de moedas a preço de MOP\$18,00 cada, quando, é publico que o valor numismático por conjunto é de MOP\$60,00.

A Recorrente entregou apressadamente as moedas ao comprador (seu antigo colega de trabalho na AMCM) sem receber o preço devido, pois só no dia seguinte ao acto de entrega foi depositado na AMCM o valor correspondente à venda das referidas moedas.

Durante o inquérito disciplinar apurou-se que a autorização verbal do seu superior hierárquico Dr. H nunca foi dada, pois como bem sabe a Recorrente a decisão para a venda das moedas era da competência exclusiva do Conselho de Administração da AMCM.

Em Maio de 1999 e em Outubro de 2000 (proposta nº 18/00-DFN) a Recorrente propôs a venda das mesmas moedas, sendo a venda não aprovada a venda pelo Conselho de Administração que preferiu aguardar melhor oportunidade de venda.

Em Fevereiro de 2001 a Recorrente tomou a propor a venda das moedas, desta vez indicando mesmo um interessado na compra e o valor de MOP\$18,00 por conjunto, tendo-lhe sido dito, pelo seu superior hierárquico essa proposta seria submetida ao Conselho de Gestão.

O superior hierárquico da Recorrente, minutou uma proposta de deliberação e mostrou-a à Recorrente para verificação (vide documento junto aos autos, onde claramente se vê a inscrição "Please check"), mas tal proposta não foi aprovada pelo Conselho de Administração.

No entanto a Recorrente decidiu vender as moedas antes da apreciação dessa proposta pelo Conselho de Administração.

A Recorrente conscientemente, sabendo que não havia a necessária autorização do Conselho de Administração para a venda, decidiu e vendeu as moedas em questão, à revelia de tudo e de todos, arrogando-se poderes (quer para a venda, quer para a fixação de preço de venda) que sabia serem exclusivos do Conselho de Administração.

A Recorrente colocou o seu superior hierárquico e o Conselho de Administração da AMCM perante um facto consumado que causou prejuízos à AMCM no valor de MOP\$126.000,00 de que a AMCM pretende ressarcimento.

No processo disciplinar instaurado pela entidade recorrida à recorrente respeitaram-se escrupulosamente todos os direitos de defesa da recorrente e as normas processuais aplicáveis.

Como se pode verificar pela exaustiva prova testemunhal e documental carreada e junta ao processo, foram analisados detalhadamente, todos os factos que estiveram na origem do presente processo na procura da verdade material dos factos, para uma adequada ponderação dos factos, de modo a que a decisão final fosse a que mais justa e adequada aos concretos factos apurados.

O prolongamento do processo para além dos prazos fixados no Estatuto Privativo

do Pessoal da AMCM apenas beneficiou os seus direitos de defesa.

Os prazos do inquérito preliminar e do processo disciplinar, são meramente indicativos e podem ser ultrapassados se tal resultar em benefício da arguida e no melhor apuramento da verdade material.

A deliberação do Conselho de Administração que mandou instaurar o processo disciplinar (Deliberação n.º 702/CA), datada de 15/08/2001, não fixou qualquer prazo para a sua conclusão, mas perante a complexidade do processo e a variedade da prova oferecida o instrutor teve de prolongar a instrução pelo tempo necessário à realização de todas as diligências probatórias incluindo a inquirição das cinco testemunhas arroladas pela recorrente.

O Instrutor do processo pediu ao Conselho de Administração autorização para prolongar o prazo para audição das testemunhas, que lhe foi concedida (deliberação n.º 318/CA de 16/05/2002).

O instrutor do processo disciplinar tem a categoria de "Director de Departamento", desempenhando as funções Director do Departamento de Pesquisa e Estatística da AMCM e a Recorrida tem a categoria "Directora de Departamento" e desempenhava as funções de Directora do Departamento Financeiro da AMCM, ou seja o instrutor do processo tinha a mesma categoria e desempenhava iguais funções às da arguida no processo disciplinar.

Não se verificando qualquer dolo ou mera culpa (art. 477º do CCM) por parte da AMCM na abertura e instrução do processo disciplinar ou aplicação da sanção.

Muito menos praticou a AMCM quaisquer actos ilícitos que culposamente ou não, permitam invocar o art. 2º e art. 7º do Decreto-Lei nº 28/91/M de 22 de Abril.

Carece de fundamento legal o pedido de indemnização por danos não patrimoniais pedido pela Recorrente e o mesmo se diga quanto aos danos patrimoniais, pois também estes não têm qualquer fundamento legal.

Não há prova documental e testemunhal que permita suportar o pedido de indemnização feito pela Recorrente.

Pelo exposto, deve o presente recurso improceder, mantendo-se a sentença recorrida.

O Digno Magistrado do MP emitiu o douto parecer seguinte:

No cumprimento do acórdão deste Venerando Tribunal de 12/10/06, proferiu o Mmo Juíz junto do T.A. nova sentença, com a qual a recorrente continua a não se conformar e a que volta a imputar falta de fundamentação, para além de erro nos pressupostos de facto, erro de julgamento, violação dos princípios "in dubio pro reo" e "nu lia culpa sine lege", bem como não consideração de circunstância excludente da sua responsabilidade disciplinar.

Por partes:

Resulta do conteúdo da sentença em escrutínio que o Mmo Juíz "a quo", debruçando-se, de novo, sobre matéria em que, em boa verdade, não o teria e não o deveria fazer, já que devidamente decidida no âmbito do acórdão supra mencionado (e, reportamo-nos, designadamente, à competência do Tribunal Administrativo para o conhecimento da deliberação do C.A. da AMCM em questão, à alegada caducidade do direito

de acção disciplinar e às questões ligadas à categoria do instrutor art. 72º, E.P.P.), acabou por, em sede da deficiência efectivamente detectada na sentença anulada - falta de fundamentação - acrescentar ou alterar muito pouco.

Restará aquilatar se esses pequenos acrescentos, essas pequenas alterações terão a virtualidade de assegurar, desta feita, aquela fundamentação mínima.

E, cremos que sim.

Reportavam-se as alegações essenciais da recorrente ao facto de não corresponder à verdade ter procedido à venda de um lote de moedas comemorativas à revelia dos seus superiores hierárquicos, não tendo sido produzida prova sobre tal circunstância, antes resultando da prova carreada para os autos pelo menos sérias dúvidas sobre essa ocorrência, não sendo exigível à recorrente, atento o circunstancialismo invocado, conduta diversa.

Ora, o julgador, ao exarar, desta vez, na douta sentença, que "Não foram provados os factos alegados pela recorrente, nomeadamente a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, Dr. H e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda", dando, ao mesmo tempo, conta, no essencial, daquelas alegações, acabou por dar resposta à matéria controvertida, encontrando-se essa resposta, em conjunto com os factos dados como provados, em condições de assegurar a fundamentação mínima.

E, não vemos que essa resposta possa derivar de qualquer "radical alteração de facto essencial do processo", como pretende a recorrente ao reportar-se à matéria de facto tida como provada, onde, além do mais, se estabelece que aquela terá actuado "à revelia de decisão do Conselho de Administração da AMCM", ou, nos termos da tradução no processo (fls. 442), "... sem ter a autorização do CA da AMCM".

Que a recorrente, na sua actuação, nunca teve autorização do CA da AMCM é matéria desde sempre estabelecida, a que a própria recorrente anui ao exprimir (cfr. fls. 381) que "Parece não haver dívida face aos elementos carreados para os autos - de que não houve autorização prévia, ao menos formal do Conselho de Administração - pois se desconhece deliberação nesse sentido - nem a arguida ora recorrente tinha, porém, conhecimento antecipado da necessidade dessa autorização".

Onde, pois, a relevância, a essencialidade de tal facto ter sido dado como provado na douta sentença, ou onde existiu, a esse propósito, qualquer "radical alteração de facto essencial no processo"?

É claro que seria bem aconselhável que a sentença em apreço contivesse, de forma mais clara e proficiente, os elementos que em razão das regras da experiência ou de critérios lógicos constituem o substracto racional que conduziu à convicção do Tribunal para concluir como concluiu, impondo-se, designadamente, uma apreciação crítica mínima dos diversos meios de prova apresentados.

"Malgré tout", como acima se referiu, encontramos-nos, cremos, face a decisão fundamentada nos seus limites mínimos essenciais, sendo que essa fundamentação se há-de distinguir da questão de saber se a mesma está ou não bem fundada, no sentido de substancialmente bem tomada.

O julgamento da matéria de facto efectuada pelo Tribunal "a quo", necessariamente com base no princípio da livre apreciação da prova, não pode ser sindicado quando, "a priori", se não divisa nenhuma violação das regras da experiência, das "legis artis" vigentes ou a ocorrência de qualquer erro grosseiro.

Em face da análise da prova produzida nos autos, não descortinamos que o julgador, ao formar a sua convicção íntima que o levou designadamente à conclusão de se não terem provado as alegações da recorrente, tenha, nessa apreciação, incorrido em qualquer das aludidas situações.

Tanto basta para se não poder pôr em causa tal julgamento, sendo que, partindo-se daquele pressuposto essencial, isto é, não se tendo comprovado que

- *as vendas dos conjuntos de moedas tenham sido autorizadas pelo superior hierárquico da recorrente, Dr. H ou que este lhe tenha dito que o C.A. ia autorizar essa venda;*

- *essa venda de moedas comemorativas sem prévia autorização do C.A. não era a primeira vez que acontecia na AMCM ;*

- *antes da ocorrência em questão, passou quase a ser regra implícita e consagrada pelos "usos", ratificando-a, geralmente o C.A., posteriormente, torna-se inócua toda a restante argumentação da recorrente, atinente à assacada violação dos princípios "in dubio pro reo" e "nulla poena sine lege", ou à consideração da circunstância excludente a sua responsabilidade disciplinar, uma vez que, em boa verdade; tal argumentação se prende, em exclusivo, com a efectiva ocorrência daqueles pressupostos.*

Não resistiremos, porém, a uma breve nota final: o Mmo Juíz "a quo", deu como não provados "os factos alegados pela recorrente", fazendo, porém, questão de, nos parágrafos seguintes esclarecer que "mesmo que fossem provados", ainda assim não poderiam "... constituir fundamentos de exclusão da ilegalidade e da culpa".

Serve a breve nota para referir que entendemos que, a partir do momento em que se

dão como não provados os factos alegados pela recorrente, não careceria (e, em nosso critério, não deveria) o julgador de se pronunciar sobre qual seria o resultado, as consequências hipotéticas que decorreriam se os mesmos tivessem sido dados como comprovados: é que o destinatário, podendo, quiçá, contrariar tais conclusões, ficará sempre prejudicado na apreciação, uma vez que, à partida os pressupostos não são esses.

O mesmo sucede connosco, isto é, 'dando como comprovados os factos essenciais alegados pela recorrente e a que se reporta a douta sentença, poderemos não estar de acordo com as conclusões alcançadas pelo julgador para tal hipótese: torna-se, porém, um exercício inócuo, ou, pelo menos puramente académico e sem conteúdo para a interessada, dado que, à partida, se considera que aqueles factos não foram dados como provados e a isso se deve ater a decisão.

Seja como for, pelos argumentos supra aduzidos e sem necessidade de maiores considerações, somos a pugnar pelo não provimento do presente recurso.

Foram colhidos os vistos legais

III - FACTOS

Com pertinência, têm-se por assentes os factos seguintes:

A, melhor identificada nos autos, interpôs recurso contencioso para o presente Tribunal, da sanção disciplinar de 5 dias de suspensão que lhe foi aplicada pelo Conselho de Administração (CA) da Autoridade Monetária e Cambial de Macau

(AMCM) em 15 de Agosto de 2002, pedindo a anulação da referida decisão e a condenação da autoridade recorrida no pagamento de uma indemnização pelos danos patrimonial e moral na importância total de MOP\$91.000,00.

Decidido o recurso contencioso, num primeiro momento, veio-se a decidir neste Tribunal que a sentença proferida carecia de falta de fundamentação de facto, pelo que os autos baixaram ao Tribunal Administrativo aí vindo a ser proferida nova sentença.

Mais vêm provados os factos seguintes:

“Em 15 de Novembro de 2001, a recorrente pôs em venda na totalidade de 3.000 conjuntos de moedas de 1 pataca e 5 patacas que já não entraram em circulação mas com valor de colecção pelo preço de 18 patacas por cada conjunto sem ter a autorização do CA da AMCM.

Pelo que, o CA da AMCM deliberou instaurar um processo disciplinar contra a recorrente e nomear como instrutor do processo I, Director do Gabinete de Estudos e Estatísticas. A decisão foi-lhe notificada pelo ofício n.º 5778/2001-AMCM-CA.

Em 13 de Dezembro de 2001, o instrutor elaborou os autos do processo disciplinar em causa.

Em 20 de Fevereiro de 2002, o CA da AMCM deliberou imputar a responsabilidade da recorrente (cfr. fls. 101 a 104 do apenso), cujo teor aqui se dá por inteiramente reproduzido.

Em 3 de Abril de 2002, a recorrente apresentou a sua defesa ao CA da AMCM.

Em 28 de Junho de 2002, o instrutor da AMCM apresentou um relatório, cujo teor aqui se dá por inteiramente reproduzido.

Em 15 de Agosto de 2002, o CA da AMCM deliberou aplicar à recorrente a

sanção disciplinar de 5 dias de suspensão por ter confirmado que a recorrente violou o disposto no artigo 19.º, n.º 1, al. a); n.º 4 e n.º 6 do Estatuto Privativo do Pessoal, ou seja, os deveres gerais dos trabalhadores da AMCM, o dever de zelo e o de lealdade.

Em 30 de Setembro de 2002, a recorrente apresentou o recurso contencioso para o presente Tribunal.

O instrutor **I** desempenhava o cargo do Director do Gabinete de Estudos e Estatísticas, que é uma categoria pertencente ao grupo IV e o nível de vencimento de 11.º grau; a recorrente teve como categoria da origem o cargo da Directora do Departamento Financeiro que também pertencendo ao grupo IV e o nível de vencimento foi de 12.º grau.

A partir do dia 18 de Dezembro de 2001, já não desempenhou o cargo da Directora.”

Respiga-se ainda daquela sentença recorrida a fundamentação relativa às questões que são objecto do recurso:

“(…)

4. Quanto às questões relativas ao acto recorrido que padece do erro nos pressupostos de facto e confirmando erradamente que a recorrente praticou o facto da violação de disciplina.

A recorrente foi imputada pelo facto de que pôs em venda na sua totalidade de 3.000 conjuntos de moedas de 1 pataca e 5 patacas que já não entraram em circulação mas com valor de colecção a um ex-funcionário da AMCM, **J**, pelo preço de 18 patacas por cada conjunto, sem ter a autorização do CA da AMCM, pelo que violou o disposto no artigo 19.º, n.º 1, al. a); n.º 4 e n.º 6 do Estatuto Privativo do Pessoal, ou seja, os deveres gerais dos trabalhadores da AMCM, o dever de zelo e o de lealdade.

Nestes termos, foi-lhe aplicada a pena de 5 dias de suspensão.

A recorrente não desmentiu que essa venda não foi autorizada pelo CA, mas, alegando que a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, **Dr. H** e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda.

Além disso, alegou também que não era a primeira vez que se aconteceu na AMCM a venda das moedas comemorativas sem ter a autorização prévia do CA. Antes desta ocorrência, tal forma da venda já quase passou a ser uma regra implícita e consagrada pelos “usos”, geralmente, o CA ia ratificá-la posteriormente.

Pelo que, entende que não violou quaisquer deveres dos trabalhadores, se tivesse violado, também não era uma culpa.

Não foram provados os factos alegados pela recorrente, nomeadamente a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, **Dr. H** e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda.

Mesmo que fossem provados, o presente Tribunal entende que também não podem constituir elementos da exclusão da ilegalidade e da culpa.

Sendo responsável por um departamento, deve saber perfeitamente (e se não soubesse, tinha a obrigação de saber) que a venda dos bens patrimoniais da AMCM tem de ter a autorização prévia do CA e não podendo ser feita só com uma autorização verbal de qualquer membro do CA.

Por outro lado, a “regra consagrada pelos usos” na AMCM que violou a regra consagrada na lei não pode substituir o respectivo diploma legal, nem podem constituir fundamentos da exclusão da ilegalidade e da culpa, mas sim apenas ao máximo uma circunstância atenuante da ilegalidade e da culpa.

Os usos podem ser fonte do direito mas é, para tal, necessário que não sejam contrários à lei e aos princípios da boa fé (artigo 2.º do Código Civil).

Nestes termos, este fundamento é improcedente.

(...)”

IV – FUNDAMENTOS

1. Imputa a recorrente à douda sentença recorrida os vícios de erro de julgamento e da falta de fundamentação da decisão, sendo, pois essas as questões a conhecer.

Expressamente se afastam do objecto do recurso as questões suscitadas pela recorrente que se prendem com vícios procedimentais, quais sejam a alegada caducidade do direito de instaurar o procedimento disciplinar e com alegada violação do art. 72º do Estatuto Privativo de Pessoal da AMCM, por tais questões terem sido objecto de precedente recurso jurisdicional interposto para o mesmo Venerando Tribunal de Segunda Instância e haver este tribunal superior entendido que se não verificam tais vícios, pelas razões constantes do doudo Ac. de 12 de Outubro de 2006 tirado nos autos de recurso jurisdicional n.º 126/2006.

Invocou a arguida, no seu precedente recurso contencioso, não corresponder à verdade o facto que lhe foi imputado e por que veio a ser condenada, de ter procedido à venda de um lote de moedas comemorativas à revelia dos seus superiores hierárquicos, por não ter sido produzida prova de tal facto, antes da prova carreada para os autos resultando, ao menos, pertinentes e sérias dúvidas sobre ele, impondo-se a

absolvição da arguida com fundamento (se outra razão não houvesse) no princípio *in dubio pro reo*, imputando ao acto administrativo ali recorrido o vício do erro sobre os pressupostos de facto da infracção.

Invocou, ainda, a recorrente, nomeadamente, o artigos 284º do ETAPM - aplicável subsidiariamente por força da norma contida no art. 93º do Estatuto de Pessoal da AMM - no sentido de que «*São circunstâncias dirimentes da responsabilidade disciplinar (nomeadamente, alínea d) a não exigibilidade de conduta diversa*», na tentativa de demonstrar que, ainda que se entendesse verificada a infracção disciplinar, a recorrente agira em circunstâncias que excluía a sua responsabilidade disciplinar.

2. Falta de fundamentação da sentença

2.1. Sustenta a recorrente que não se pode aceitar a simplicidade com que o Mmo Juiz *a quo* se referiu a uma questão central, dizendo: «*Sendo encarregada de um departamento, deve saber (ou tem obrigação de saber) que para vender bens da AMCM tem de obter autorização prévia do CA e não autorização verbal de qualquer membro do CA*».

E a primeira interrogação que se nos coloca é a de que nesse passo a recorrente não diz qual era a questão central. O que diz a seguir é que *Na verdade, o Mmº Juiz a quo não procedeu a qualquer análise crítica das provas, revelando uma surpreendente falta de sensibilidade*

para o apuramento e avaliação dos factos.

O mesmo Mm^o Juiz, que antes dera por assente que «em 15/12/2001, o CA da AMCM deliberou instaurar um processo (...) na medida em que a recorrente mandou pôr à venda», entendeu dar por verificado que «a recorrente, à revelia do CA da AMCM ordenou a venda».

Para acrescentar ainda

Não se afigura compreensível uma tão radical alteração no facto essencial do processo, sem que uma explicação, um raciocínio, um fio explicativo, tenha sido oferecido para o facto de, antes, o mesmo magistrado não ter atingido esta última conclusão e havê-la atingido agora, oferecendo a surpreendente ideia de que se limitou a expressar uma convicção íntima, desarticulada dos factos e insusceptível de ser neles suportada, o que se afigura absolutamente inadmissível.

2.2. Ora, importa isolar o que seja a questão central e, depois, saber se a decisão se mostra ou não fundamentada.

Temos para nós que aquela questão se traduz em saber se houve ou não violação dos deveres gerais e de zelo e lealdade assacados à recorrente, conforme al. a) do n.º 1 do art. 19º do EPP da AMCM.

Imputava-se-lhe uma venda de uma colecção de moedas sem

autorização prévia superior, por preço inferior ao do mercado, causando prejuízos àquela AMCM.

A recorrente sustentava que não correspondia à verdade ter procedido à venda de um lote de moedas comemorativas à revelia dos seus superiores hierárquicos, não tendo sido produzida prova sobre tal circunstância, antes resultando da prova carreada para os autos, pelo menos, sérias dúvidas sobre essa ocorrência, não sendo exigível à recorrente, atento o circunstancialismo invocado, conduta diversa.

Ora, perante isso, o Mmo juiz, desta feita, exarou na sentença, que *"Não foram provados os factos alegados pela recorrente, nomeadamente a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, Dr. H e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda"*.

Assim, não se vê como se possa dizer que não está fundamentada a sentença recorrida, seja em função da descrição dos factos que foram considerados violadores dos aludidos deveres, seja em função das razões agora explicitadas de que não se provou a aludida autorização superior em que a recorrente se louvava para impugnar aquela decisão.

2.3. Na verdade, dispõe o art. 76º do Código de Procedimento Administrativo Contencioso:

“A sentença (...) deve mencionar o recorrente, a entidade recorrida e os contra-interessados, resumir com clareza e precisão os fundamentos e conclusões úteis da petição e das contestações, ou das alegações, especificar os factos provados e concluir pela decisão final, devidamente fundamentada.”

Dispõe, por sua vez, o art. 562º, n.º 3, do C. Processo Civil:

“Na fundamentação da sentença o juiz toma em consideração os factos admitidos por acordo ou não impugnados, provados por documentos ou por confissão reduzida a escrito e os que o tribunal deu como provados, fazendo o exame crítico das provas de que lhe cumpre conhecer.

E o art.o 571.º, n.o 1, alínea b) deste último diploma:

“É nula a sentença quando não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão”

Face a tais normativos e à identificação da questão e facto essencial a apurar, somos a considerar que a sentença, contrariamente ao que se pretende, se mostra fundamentada.

2.4. Uma coisa é não concordar com a motivação expendida, outra a fundamentação ser curta e uma outra ainda é não se perceber quais as razões por que foi tomada uma decisão. E sendo esta a asserção

relevante, não se deixa de ver quais as razões, de facto e de direito, pelas quais o Mmo Juiz denegou razão à recorrente

O facto em que se traduz a violação dos apontados deveres está dado como comprovado e expressamente se dá como não provada a matéria alegada pelo recorrente e que a infirmaria.

2.5. Não importa tanto fazer agora a comparação entre o que ora se consigna e aquilo que anteriormente se fez exarar na decisão recorrida, para, como a recorrente pretende, constatar que as diferenças não são significativas e as pequenas alterações introduzidas correspondem apenas a meras afirmações de intenções, sem corresponderem a qualquer processo lógico, valorativo e devidamente interiorizado, em relação à matéria agora explicitada.

Sob pena de se cair num processo de intenções, o que importa é apreciar agora a decisão tal como ela se nos apresenta e verificar se ela encerra ou não os apontados vícios.

E o que sobre isto se pode dizer é que as razões que estiveram na base da decisão precedente deste Tribunal, ao considerar existir falta de fundamentação na decisão recorrida, porquanto ali apenas se descreveu o processamento efectuado, a factualidade imputada à recorrente e a versão por esta apresentada, não se alcançando qual a que efectivamente resultou provada, após as diligências de prova produzidas, aquando da

tramitação dos autos no Tribunal recorrido, deixaram de subsistir.

Agora se toma posição clara sobre aquela supra questão essencial, dizendo-se que se provou que a recorrente vendeu as moedas sem ter a autorização do CA da AMCM e mais se afirmou que não foram provados os factos alegados pela recorrente, nomeadamente, que a venda já verbalmente fora autorizada pelo seu superior hierárquico.

2.6. Não se vê que essa nova explicitação derive, como se pretende, de uma *radical alteração de facto essencial do processo*, porquanto não se pode afirmar que, já quando proferida a primeira decisão, não fosse esse o entendimento do Mmo Juiz *a quo*, apenas que imperfeitamente expresso.

Aliás, que a recorrente, na sua actuação, nunca teve autorização do CA da AMCM é matéria que ela própria reconhece, enquanto diz (cfr. fls. 381) que *"Parece não haver dúvida face aos elementos carreados para os autos - de que não houve autorização prévia, ao menos formal do Conselho de Administração - pois se desconhece deliberação nesse sentido - nem a arguida ora recorrente tinha, porém, conhecimento antecipado da necessidade dessa autorização"*.

No fundo, o que se pretende é suavizar tal falta, desvalorizando-a, a dois níveis: desconhecimento da necessidade antecipada da autorização; que a autorização verbal de um membro do

Conselho de Administração bastaria para permitir a venda das referidas moedas.

Ainda aqui, sobre ambas as questões, o Mmo juiz não deixa de se pronunciar, ao dizer

*“A recorrente não desmentiu que essa venda não foi autorizada pelo CA, mas, alegando que a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, **Dr. H** e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda.*

Além disso, alegou também que não era a primeira vez que se aconteceu na AMCM a venda das moedas comemorativas sem ter a autorização prévia do CA. Antes desta ocorrência, tal forma da venda já quase passou a ser uma regra implícita e consagrada pelos “usos”, geralmente, o CA ia ratificá-la posteriormente.

Pelo que, entende que não violou quaisquer deveres dos trabalhadores, se tivesse violado, também não era uma culpa.

*Não foram provados os factos alegados pela recorrente, nomeadamente a venda já verbalmente foi autorizada pelo seu superior hierárquico, ou seja, Membro do CA, **Dr. H** e este disse-lhe que o CA ia autorizar essa venda.*

Mesmo que fossem provados, o presente Tribunal entende que também não podem constituir elementos da exclusão da ilegalidade e da culpa.

Sendo responsável por um departamento, deve saber perfeitamente (e se não soubesse, tinha a obrigação de saber) que a venda dos bens patrimoniais da AMCM tem de ter a autorização prévia do CA e não podendo ser feita só com uma autorização verbal de qualquer membro do CA.

Por outro lado, a “regra consagrada pelos usos” na AMCM que violou a regra consagrada na lei não pode substituir o respectivo diploma legal, nem podem

constituir fundamentos da exclusão da ilegalidade e da culpa, mas sim apenas ao máximo uma circunstância atenuante da ilegalidade e da culpa.

Os usos podem ser fonte do direito mas é, para tal, necessário que não sejam contrários à lei e aos princípios da boa fé (artigo 2.º do Código Civil).

Nestes termos, este fundamento é improcedente.”

Assim se fica a saber quais as razões que justificaram a decisão da manutenção da decisão punitiva e em que pressupostos de facto se louvou o Mmo Juiz.

Não é pois verdade que tenha bastado a acusação em processo disciplinar para que a arguida haja sido condenada, já que seu como provada a factualidade típica.

2.7. Quanto às razões por que se afirma que uns factos foram provados e outros o não foram, tenha-se aqui presente a alegação de que ao afirmar-se que «*em relação aos factos alegados pela recorrente ... não foram provados*», sem mais, tal assumiria uma proporção que quase se diria alarmante, entra-se aí noutro campo que se prende com a motivação da convicção e o que importa é perceber-se que diligências ou meios de prova foram utilizados para se formar uma dada convicção, de forma a perceber-se o iter cognoscitivo percorrido pelo julgador, sendo certo que, em certos domínios, por mais que se queira explicar, nunca é possível abarcar como se integrou uma dada convicção.

Ora, no caso presente, resultam claras todas as diligências de prova que foram desenvolvidas e transcritos até nos autos os depoimentos produzidos.

2.8. Quanto ao facto de se ter dito na sentença que, “*mesmo que fossem provados, o tribunal entende que não é possível de constituir os elementos necessários para a exclusão da ilicitude ou da culpa*”, formulando logo a conclusão da falta dessa exclusão, só posteriormente se oferecendo a frágil explicação de que “*sendo encarregada de um departamento deve saber ...*”, tal alegação não se mostra relevante no sentido de destruir o fundamento de facto e direito que se apreende da decisão recorrida.

O que a tal respeito se poderá dizer é que o Mmo Juiz não precisaria, face à comprovação da falta de autorização, de ir mais longe e tecer argumentos sobre eventuais deveres da recorrente numa situação não verificada. Mas essas considerações não fazem abalar o alicerce em que basicamente se louvou a decisão proferida.

2.9. Quanto à apreciação dos argumentos da recorrente contra o acto ilegal e abusivo de que foi alvo, de os confrontar criticamente com a *demolidora* prova produzida em favor daqueles argumentos é questão que se deve apreciar adiante em sede de análise de erro sobre os pressupostos de facto, de forma a aferir se houve ou não erro de apreciação da prova.

3. Erro nos pressupostos de facto

APRECIACÃO CRÍTICA DA SENTENÇA RECORRIDA; VIOLAÇÃO DE LEI POR ERRO NOS PRESSUPOSTOS DE FACTO DA INFRACÇÃO DISCIPLINAR; ERRO DE JULGAMENTO; VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS *IN DUBIO PRO REO* E *NULLA POENA SINE CULPA*

3.1. Alega a recorrente que foi nuclearmente acusada do - e condenada pelo -, seguinte facto: ter autorizado, em 16 de Fevereiro de 2001, a venda de um lote de três mil moedas (de MOP\$5.00 e de MOP\$1.00) que se encontravam fora de circulação e que tinham mero valor comemorativo, (a) sem conhecimento do seu superior hierárquico, (b) sem ter informado o seu superior hierárquico, (c) sem autorização prévia do Conselho de Administração (não estando autorizada ela própria a fazê-lo e fazendo-o, por isso, ao arrepio das formalidades exigidas para tal tipo de venda) e (d) conhecendo, ademais, o indivíduo que foi o adquirente do referido lote.

Mas não assim exactamente: o que resulta dos autos e da sentença recorrida é que, repete-se, essa é a questão fulcral, foi a recorrente punida por ter posto à venda as moedas com um preço inferior ao do mercado, sem autorização prévia do superior, causando prejuízos à AMCM (**cf. certidão de fls 34v.**), enquanto na sentença recorrida se labora na base factual resultante de uma realidade algo diversa: a punição teria resultado da conduta da recorrente em ter vendido as moedas sem autorização do CA da AMCM.

Aqui se delinea a primeira divergência, importando indagar da sua relevância.

3.2. Num aspecto essencial que era a falta de autorização superior configura-se desde logo uma disparidade e que se traduz em que se traduziu a falta de autorização superior. Se era a falta de autorização do CA, que a recorrente reconhece ter-se verificado ou se era a falta de autorização de um membro do CA que a recorrente diz não se ter verificado.

Sendo certo que, estatutariamente, a competência para essa autorização devia ser dada pelo CA da AMCM.

E para os efeitos que nos interessam, essa autorização superior era a da CA da AMCM ou bastaria a de um membro do CA?

Os dados documentais constantes dos autos dizem-nos que na base da punição esteve a falta de autorização superior e na sentença recorrida jogou-se com o facto dessa entidade ser o CA, dando-se, no entanto como não provado a autorização superior que ela alegara, pelo que tal divergência perde relevância.

Sobre esta questão da prova dessa autorização superior, a recorrente em longa e exaustiva análise das provas documentadas nos autos pretende ter logrado provar que obteve essa autorização de um membro do CA e importa então analisar esse ponto, pois pode aí radicar a

existência de erro sobre os pressupostos de facto na decisão recorrida.

Refira-se até que o que se prova, em sede da factualidade apurada é que a recorrente não obteve a autorização do CA da AMCM e quando se diz que não se provaram os factos alegados pela recorrente, tal menção é feita, em sede da fundamentação, a propósito do enquadramento fáctico e jurídico.

3.3. Uma coisa é a recorrente, com mais de 15 anos de serviço na AMCM, alguns dos quais como Directora de Departamento, ter a obrigação de saber que legal e estatutariamente só o Conselho de Administração podia autorizar a venda de moedas e outra é o facto de saber se se ela foi punida por não ter nenhuma autorização superior como se fez constar da decisão punitiva ou se o foi por não ter autorização do CA da CMCA.

E ainda que o tenha sido por não ter obtido autorização superior, fosse ela de um membro do CA ou deste órgão na sua globalidade, não se deixa de observar que a obrigação que tinha, dada a sua experiência anterior, de dever saber a quem competia conceder autorização de venda das ditas moedas, embora não levado ao acto punitivo só interessaria esmiuçar se viesse comprovada a alegada autorização, para si, reputada como superior.

3.4. Que a recorrente não tinha autorização do CA da AMCM é ponto assente.

Que o não tivesse de membro do CA é outra questão e que importa averiguar, não bastando resolver a questão com o refúgio ao princípio que decorre da livre convicção do julgador, se as provas forem de tal forma evidentes que permitam uma conclusão em sentido diferente.

Vejamos então.

Conforme o demonstra o documento por si junto a fls. 57 a 59 do processo instrutor, a arguida apresentou, em 11 de Outubro de 2000, ao seu superior hierárquico, Sr. Dr. H, Administrador do pelouro e superior hierárquico da recorrente, uma proposta com vista à venda do mencionado lote de moedas, justificando a proposta, fazendo referência a contactos anteriormente feitos com o administrador do seu pelouro relativamente ao assunto e nessa proposta veio a ser dado despacho daquela entidade no qual não é colocado qualquer entrave à venda, apenas se questionando o respectivo preço, havendo o administrador do pelouro fixado o preço mínimo (MOP\$13.00) por que deveria operar-se a venda.

Esse procedimento afigura-se ser o procedimento normal, como resulta de outras situações anteriores e se observa a fls 133 a 135, 156 e 157 do processo instrutor, comprovando a existência de vendas que não foram precedidas de despacho autorizativo quer do Administrador do pelouro quer do Conselho de Administração.

Isto mesmo resulta de vários depoimentos;

A testemunha **B** (cfr. depoimento de fls. 291 a 293 do processo instrutor) confirmou que «(...) a **L**, na altura ou depois, disse que iria sair uma deliberação do CA (...)» e que «(...) houve vezes em que só com o despacho do administrador do pelouro já se podia vender».

Também na sua inquirição perante o Mmº Juiz, ocorrida em sessão que teve lugar no dia 18 de Março de 2004 (cfr. transcrição da gravação a fls. 119 verso e 120 dos autos principais), a mesma testemunha, perguntada, afirmou que houve casos em que se venderam moedas só com autorização do administrador do pelouro e que desde que entrou naquela área, também houve casos autorizados pelo administrador do pelouro, sendo que em princípio os administradores que autorizaram essas vendas foram os Drs. **H** e **M**.

Perguntada a mesma testemunha sobre a questão de saber como é que tomou conhecimento desse facto, respondeu que a autorização do administrador do pelouro era *rubricada no papel de venda e que viu o papel* - cfr. fls. 120 dos presentes autos.

Perguntado pelo mandatário da recorrida AMCM quanto a saber se, no caso da venda dos autos, se tratava de moedas comemorativas, a testemunha respondeu que *eram moedas comemorativas* e que, no que a elas respeita *basta autorização do administrador do pelouro* -cfr. fls. 120 dos autos.

A testemunha **C** (cfr. fls. 296 e 297 do processo instrutor), por seu lado, deixou claro que *a venda das moedas (em questão) tinha autorização verbal do Dr. H conforme aconteceu em casos anteriores (...)* e que *podiam ir buscar as moedas antes de se obter autorização escrita.*

A mesma testemunha, na sua inquirição perante o Mm.º Juiz, ocorrida em sessão que teve lugar no dia 18 de Março de 2004 (cfr. transcrição da gravação a fls. 122 a 124 dos autos principais), perguntada se conhece algum caso em que não houve autorização para a venda de moedas, respondeu que *há casos em que posteriormente são assinados pelo Conselho de Administração.*

A testemunha **D** (cfr. fls. 287 e 288 do processo instrutor) disse que *viu a proposta de deliberação. A E telefonou-lhe dizendo que ia mandar por fax um documento do DFN para o efeito de preenchimento. O referido documento foi preenchido pelo B a lápis e para que fosse mais legível a testemunha escreveu por cima a caneta. A L viu o fax e mandou-o para a E logo naquele mesmo dia. Confirma que o número de fax XXX é o da E, acrescentando que A L deve ter recebido instruções superiores.*

A mesma testemunha confirmou nos autos a mesma versão - fls. 125 e v.- e que *o preço constante do fax recebido no gabinete do Dr. H é justamente o preço que consta no projecto da acta do CA que viu anteriormente (fls. 127).*

A testemunha **E** (cfr. fls. 279 e 280 do processo instrutor)

confirma o envio do fax a 19-2-2001, que foi o H que escreveu please check, que a minuta da deliberação foi o Rufino que escreveu no computador, que a reunião do CA deveria ter lugar no dia 22 (quarta-feira) e ainda que o H em coisas menos importantes só dava instruções verbais.

A mesma testemunha, na sua inquirição judicial, afirmou que fora o Dr. H que lhe pediu para enviar a proposta de deliberação do CA por fax para o departamento financeiro e que reconhece a letra do Dr. H no documento (cfr. fls. 128 e 129).

A testemunha F (cfr. fls. 283 e 284 do processo instrutor) confirmou casos em que o CA ratifica a posteriori.

A testemunha G (cfr. fls. 305/306 do processo instrutor) refere que nestas situações *antigamente as instruções eram orais; só depois deste caso (o processo instaurado à ora recorrente) passou a ser por escrito.*

O Administrador do pelouro, Sr. Dr. H, confirmou, na sua inquirição judicial, (fls 140 e segs. que teve conhecimento da proposta verbal e escrita da recorrente, que ia apresentar a proposta ao CA, deu informação à recorrente de que, da sua parte, não havia obstáculos à transacção (fls. 141), embora tenha afirmado que propôs ao CA apenas a autorização para a venda e não a ratificação.

Foi, aliás, aquele mesmo membro do CA enviou do fax XXX,

no dia 19 de Fevereiro de 2001, pelas 9h 33m, um projecto de deliberação do Conselho de Administração da AMCM, por si elaborado, que teria lugar em 21 de Fevereiro de 2001, no qual se escreveu (cfr. fls 27 do P. I.):

Existindo em inventário 3,000 (três mil) unidades de moeda do valor facial de MOP\$5,00 e de MOP\$1.00, da emissão aprovada pelo Decreto-Lei n.º /M, de de , as quais foram retiradas de circulação por Decreto-Lei n.º /M, de de ;

Atendendo á possibilidade de se venderem aquelas moedas por valor superior ao facial, conforme interesse manifestado por um particular e informação do Departamento Financeiro, o Conselho de Administração delibera considerar aquelas moedas na categoria das comemorativas e autorizar a sua venda pelo preço de MOP\$18,00 por conjunto de duas moedas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

APROVADO

A venda de moedas fora de circulação era normal, conforme se alcança do ofício do Administrador Sr. Dr. **M**, em representação do CA, com o n.º 03169/92-AMCM-DPA ao Director-Geral do Banco Nacional Ultramarino, solicitando a disponibilização de três mil espécimes de moedas com a valor facial de 1 a 5 patacas, num total de seis mil moedas, para comercialização ou oferta (cfr. fls. 137 do processo instrutor).

Conforme o demonstra a deliberação de 6 de Junho de 2001 do Conselho de Administração (cfr. fls. 138 do processo instrutor) - as contas da AMCM referentes ao mês de Fevereiro de 2001 foram aprovadas, não tendo sido suscitada qualquer dúvida sobre a regularidade da conta correspondente à venda objecto do presente processo disciplinar.

3.5. Ora, de todo este acervo probatório, muito embora daí resulte uma normalidade de procedimentos, resulta igualmente claro que essa normalidade nem sempre era a mais regular, pois resulta, em termos de legalidade, a necessidade de autorização do CA e embora ela fosse dada, por vezes por um dos membros, tal não podia substituir a autorização devida. A habitualidade de procedimentos não converte em legal aquilo que o não é.

Por outro lado, o que é mais importante, é que não se pode dizer que se provou uma autorização clara de um membro do CA quanto à referida venda das moedas.

Tudo aponta para um quadro em que fosse expectável que essa autorização viesse a ocorrer por banda do CA, tudo aponta para que esse fosse o sentido da posição daquele membro, mas não se pode afirmar que ele tenha tomado uma posição no sentido de dizer *venda* ou que tenha dito *autorizo a venda*.

É certo que resulta claramente da prova produzida que essa

venda operada pela recorrente o foi sob um quadro de informação e conhecimento superior que inculca num *modus operandi* da normalidade seguida para outros casos idênticos, sendo de presumir a conivência tácita ou diferida de quem de direito.

A venda do referido lote de moedas, não estando em causa a falta de autorização do CA da AMCM que não se verificou, não estando comprovada a autorização de um membro do CA, não obstante se tenha comprovado uma conduta de concordância com a venda, tal ainda é diferente de uma ordem ou autorização nesse sentido.

E é aqui que se entra na análise da conduta adoptada pela recorrente e da conduta que ela devia ter adoptado.

Não havendo essa autorização, ainda que por quem não tinha competência para o efeito, sabendo e devendo saber a recorrente de tal facto, parece que não deixa de ser legítimo censurar uma conduta que não seguiu as formalidades devidas e que passavam pela clarificação da posição de direito quanto a essa venda.

Pode parecer excessiva a decisão em proceder disciplinarmente num quadro tal como sobre delineado; mas essa já é uma questão que ultrapassa este Tribunal, verificando-se como se verifica, no circunstancialismo apontado, violação de procedimento devido.

Embora tudo fizesse crer na suposição da concessão dessa autorização, não tendo ela ainda sido dada, parece que não se devia ter

precipitado e, previdentemente, aguardado pela autorização.

É certo que o quadro acima referido é demonstrativo de que a recorrente não agiu por conta própria, não ignorando que não tinha competência própria para autorizar a referida venda, informou o seu superior hierárquico, o administrador do seu pelouro, Exm.º Sr. Dr. H, tendo desencadeado os procedimentos legais para aquele fim, sendo que este administrador estava devidamente informado de todos os passos relativos ao assunto, que o mesmo administrador deu conhecimento do assunto ao Conselho de Administração, ele próprio não se opunha a essa venda, posição de que a recorrente manifestamente teve conhecimento, tudo sendo indicativo de uma culpa pouco grave, mas culpa ainda e que, face à vontade em proceder disciplinarmente, só em sede da punição deve ter reflexo.

3.6. A recorrente, prevenindo a conclusão a que acima se chegou, de não se ter comprovado a autorização de um membro do CA, configura uma situação de inexigibilidade excludente da culpa.

As situações de inexigibilidade são doutrinalmente concebidas para situações excepcionais e em que nenhuma margem de actuação alternativa resta ao agente.

Não assim neste caso. A Recorrente bem podia ter esperado algum tempo, para mais sabendo que se estava a preparar uma proposta

de deliberação nesse sentido. Claro que tudo apontava para a autorização de quem de direito que, na hora, deliberou não aprovar, mas essa é uma eventualidade que pode legítima e regularmente acontecer, pelo que a censura reside na precipitação e em não ter esperado por essa autorização.

Assim não entendeu quem de direito e aí o Tribunal, porque ainda aí há uma margem de censurabilidade, não pode deixar de se abster na censura invalidante do acto praticado e ora sob recurso.

3.7. Por impertinente e não se comprovando a causalidade entre o presente procedimento disciplinar e alegada animosidade e espírito persecutório do Sr. Administrador do pelouro, **H**, contra a recorrente, não se entrará na análise das pretensas inverdades trazidas ao processo e respeitantes a outras situações

Nesta conformidade, nos termos e fundamentos expostos, o recurso não deixará de improceder.

IV - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso e, em consequência, confirmar a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

Macau, 14 de Junho de 2007

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong